



## ATAQUES NAS ESCOLAS

# Pacote de R\$ 3 bilhões para combater violência

Valor será destinado a estados e municípios para o enfrentamento a atentados em unidades de ensino. Governo também anuncia a criação do Conselho da Federação, grupo de trabalho com representantes dos Três Poderes e governadores

» INGRID SOARES  
» TAINÁ ANDRADE

Fotos: Ed Alves/CB/DA.Press

O governo reuniu os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), governadores, prefeitos e ministros para anunciar um pacote de R\$ 3,1 bilhões, que será destinado a estados e municípios para investimento em segurança nas escolas.

O ministro da Educação, Camilo Santana, explicou que a pasta antecipará R\$ 1,097 bilhão da segunda parcela do Programa Dinheiro Direto na Escola 2023 (PDDE), que estava prevista inicialmente para setembro.

Além disso, o ministério vai liberar R\$ 1,8 bilhão que estavam parados nas contas de escolas. Outros R\$ 200 milhões serão destinados a ações como a criação de núcleos psicossociais.

“Vamos antecipar a (parcela) de setembro (do PDDE). É R\$ 1,097 bilhão que até o final de abril estará nas contas das escolas e poderá ser utilizado para várias ações. Mas vamos deixar expressamente claro que esse recurso poderá ser gasto para investimentos em infraestrutura e melhoria da proteção da segurança nas escolas do Brasil. Isso vai ser colocado claro na resolução do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)”, informou.

Foram criados comitês estaduais e municipais de proteção do ambiente escolar. Uma das principais preocupações é com a formação de agentes educacionais — tanto do governo quanto da comunidade escolar — para proteção e segurança nos locais de ensino.

“O fenômeno que temos discutido é reflexo do que vivemos hoje em nossa sociedade, que tem estimulado a cultura de violência, ódio e intolerância, que tem se agravado fortemente pelas questões das plataformas digitais”, declarou Santana. “Portanto, não é uma solução fácil, mas é necessário todos os nossos entes



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o Brasil enfrenta uma “epidemia” de violência disseminada pelas redes sociais

federados unidos em torno dessa questão para que possamos passar por essa situação.”

A partir de 24 de abril, estará disponível, por meio de uma plataforma do Ministério da Educação, um compilado de recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar. Um chamamento público será lançado para quem se interessar em uma formação superior continuada e em desenvolvimento profissional para a segurança nas unidades de ensino.

Pelo Programa “Territórios de Convivência e Cultura de Paz”, foi firmada uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ações de Justiça Restaurativa no ambiente escolar. Santana ressaltou, porém, ser

imprescindível dar atenção à fiscalização das redes sociais. “É preciso a gente rediscutir a legalização dessas questões das regulamentações das plataformas digitais no Brasil, que não é um problema só do Brasil, é um problema do mundo inteiro”, destacou.

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou a criação do Conselho da Federação, um grupo de trabalho que reunirá representantes dos Três Poderes e governadores. Ele disse que o objetivo do colegiado é definir propostas sobre o tema.

### Operação

Titular da pasta da Justiça, o ministro Flávio Dino fez um

balanço da Operação Escola Segura. Ele disse que, após casos de violência em unidades de ensino, as redes sociais atenderam à demanda do ministério e retiraram do ar 756 perfis, nos últimos 10 dias, dedicados a difundir ódio e ataques violentos a escolas.

Dino relatou que, em 100 casos, houve pedido da pasta para que as redes preservassem o conteúdo dos perfis para abastecer investigações em curso. Ele destacou que 225 pessoas já foram presas ou apreendidas por ameaçar e planejar ataques a ambientes escolares.

“Isso mostra que estamos diante de uma epidemia. Temos 694 intimações de adolescentes suspeitos para prestar

depoimentos em delegacias, temos 155 buscas e apreensões realizadas, 1.595 boletins de ocorrência em 10 dias e 1.224 casos em investigação em todo o território nacional”, enumerou.

O ministro enfatizou que, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o “foco na internet” é fundamental para garantir a regulamentação das redes sociais e, assim, impedir o surgimento de novos ataques. “É falsa a ideia de que fiscalizar e regular a internet é contrária à liberdade de expressão. Não é possível preservar liberdade de expressão sem regulá-la, para que ela não seja exercida de modo abusivo”, argumentou.

### Balanço

Veja os números divulgados pelo Ministério da Justiça sobre a Operação Escola Segura

**255**

Pessoas presas ou crianças e adolescentes apreendidos

**694**

Intimações de adolescentes para prestar depoimento

**155**

Buscas e apreensões

**1.595**

Boletins de ocorrência

### Em 10 dias de operação

**1.224**

Casos em investigação em todo o Brasil

**756**

Solicitações de remoções ou suspensões de perfis em plataformas digitais

**100**

Pedidos de preservação de conteúdo para embasar investigações

**377**

Solicitações de dados de cadastros para as plataformas

**7.473**

Denúncias no site do Ministério da Justiça

## Moraes faz comparação com o 8 de janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o modus operandi das agressões nas escolas, incentivadas pelas redes sociais, é o mesmo dos atos golpistas de 8 de janeiro e os que miraram as urnas eletrônicas. O magistrado destacou, ainda, que, caso não haja uma regulamentação, as plataformas continuarão a ser instrumento para ataques às instituições de ensino.

“O modus operandi dessas agressões instrumentalizadas, divulgadas, incentivadas pelas redes sociais em relação às escolas é exatamente idêntico ao modus operandi utilizado contra as urnas, a democracia, o modus operandi instrumentalizado utilizado para o dia 8 de janeiro”, enfatizou, na reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governadores e prefeitos. “Não há uma diferença. É exatamente idêntico. As redes sociais se sentem terra de ninguém, terra sem lei. Precisamos regulamentar isso.”

Moraes relatou que tem conversando sobre o assunto com

os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). “Se não houver uma autorregulação e uma regulamentação com alguns standards a serem seguidos, vamos continuar a ver essas situações de ataques às escolas”, apontou.

O magistrado acrescentou que casos de suicídios e depressão em virtude de ataques pelas redes sociais são “algo incrível” e têm crescido mundialmente. “Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real não pode no mundo virtual. É simples se aplicarmos a legislação”, frisou.

Conforme Moraes, as plataformas “se recusam ainda a serem responsabilizadas” e alegam serem “meros depósitos de informação”. “No mundo real, se cada um de nós tem um depósito e aluga, não pode ser responsabilizado se a pessoa lá usa droga, faz contrabando, coloca alguém sequestrado, porque você não sabe”, disse. “A partir do momento em que você sabe e renova o contrato, pode ser



Moraes: “Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real não pode no mundo virtual”

penalizado, mas se você sabe, renova o contrato e ainda monetiza, tem a obrigação de ser responsabilizado. As redes ganham em cima desse incentivo à violência, ao discurso de ódio. Isso precisa cessar imediatamente.”

Ele emendou: “Por que não estender a inteligência artificial e a equipe humana que lida com o residual para discursos nazistas, racistas, fascistas, homofóbicos e contra a democracia? São cinco tópicos objetivos”,

questionou. “As maiores indenizações contra as big techs no mundo todo são por direitos autorais, aí se preocupam.”

Segundo o ministro, os atos de 8 de janeiro foram organizados pela internet. “As redes foram

instrumentalizadas. Elas não podem dizer que não sabiam. Agora, elas sabem”, ressaltou. “Com isso, as empresas devem identificar notícias que incentivam ataques, retirando-as com prontidão”, concluiu. (IS)



Se não houver uma autorregulação e uma regulamentação com alguns standards a serem seguidos, vamos continuar a ver essas situações de ataques às escolas”

Alexandre de Moraes,  
ministro do STF